

JORGE MIRANDA

CURSO DE
DIREITO CONSTITUCIONAL

ESTADO E CONSTITUCIONALISMO.
SISTEMAS POLÍTICOS.
A CONSTITUIÇÃO COMO FENÓMENO JURÍDICO

VOL. 1

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA

ÍNDICE

Explicação	9
------------	---

Preliminares

1. O fenómeno político e o Estado	11
2. Sujeição do Estado e das demais instituições públicas ao Direito	12
3. O Direito constitucional	13
4. O Direito constitucional e a ordem jurídica do Estado	16
5. Os grandes capítulos do Direito constitucional	18
6. A Ciência do Direito constitucional	19
7. Ciência do Direito constitucional, Teoria Geral do Direito público e Teoria Geral do Estado	21
8. Direito constitucional, História do Direito constitucional e Direito constitucional comparado	22
9. Ciência do Direito constitucional e ciências sociais não normativas	26

PARTE I DO ESTADO ANTIGO AO CONSTITUCIONALISMO MODERNO

CAPÍTULO I O ESTADO, REALIDADE HISTÓRICA

10. O Estado, espécie de sociedade política	29
11. O aparecimento histórico do Estado	30
12. Sociedades políticas pré-estatais	30
13. Processos de formação do Estado	31
14. Características gerais do Estado	32
15. A inserção territorial do Estado	33
16. O desenvolvimento histórico do Estado	34
17. Redução das formas históricas de Estado a tipos	35
18. O Estado oriental	36
19. Estado grego	37
20. O Estado romano	40

21. O pretense Estado medieval	43
22. O Estado moderno ou europeu	46
23. O nome de Estado	48

CAPÍTULO II

O DIREITO PÚBLICO MODERNO

E O ESTADO EUROPEU

24. O sistema político medieval e a sua substituição	49
25. A soberania e a organização do Estado	52
26. Variedade dos momentos de aparecimento do Estado	53
27. Condições gerais de desenvolvimento do Estado europeu	54
28. Períodos de evolução	55
29. O Estado estamental	56
30. O Estado absoluto. O Estado de polícia	58
31. O constitucionalismo moderno	60
32. O Estado constitucional no século XIX como Estado liberal burguês	64
33. A situação do Estado no século XX	67
34. A diversidade político-constitucional	70
35. Os problemas no início do século XXI	74

PARTE II

ESTRUTURA DO ESTADO

CAPÍTULO I

O ESTADO EM GERAL

36. As grandes correntes doutrinárias acerca da natureza ou essência do Estado	77
37. Comunidade e poder	83
38. Os elementos ou condições de existência do Estado	85
39. As vicissitudes do Estado	88
40. As relações entre Estado e sociedade	90
41. O Estado como pessoa coletiva	92

CAPÍTULO II O ESTADO COMO COMUNIDADE POLÍTICA

§ 1.º

O povo

42.	A comunidade política ou povo	94
43.	Conceitos afins do conceito de povo	99
44.	As concepções político-constitucionais e ideológicas de povo	102

§ 2.º

A cidadania

45.	Povo e cidadania	104
46.	O regime da cidadania portuguesa	108
47.	A “cidadania europeia” e a “cidadania lusófona”	111

CAPÍTULO III O PODER POLÍTICO

48.	Estrutura e função do poder	113
49.	Poder político e soberania	115
50.	A descentralização territorial na Constituição	118
51.	A soberania na ordem externa	121
52.	O direito do Estado sobre o seu território	122

CAPÍTULO IV ÓRGÃOS DO ESTADO

§ 1.º

Os órgãos e os seus elementos

53.	Origem do conceito	124
54.	Órgãos e conceitos afins	125
55.	Órgão e imputação	127
56.	Órgãos e atos com eficácia interna	128
57.	Os elementos do conceito de órgão	130
58.	Sentido da competência	131
59.	Os titulares	135

§ 2.º

Categorias de órgãos

60. Classificação dos órgãos	136
61. Os órgãos colegiais e o seu funcionamento	138
62. As assembleias em especial	140
63. Órgãos do Estado e colégios eleitorais	142

CAPÍTULO V FORMAS DE ESTADO

§ 1.º

As formas do Estado em geral

64. Conceito de forma de Estado	144
65. A contraposição fundamental: Estados simples e compostos	146
66. Os Estados compostos: federações e uniões reais	148
67. Os Estados federais em particular	149
68. O Estado unitário descentralizado ou regional	153
69. Autonomia política com e sem integração	155

§ 2.º

Portugal, Estado unitário regional

70. A transformação da estrutura do Estado	157
71. Sentido da autonomia	158

PARTE III O CONSTITUCIONALISMO PORTUGUÊS

CAPÍTULO I A SUCESSÃO DE CONSTITUIÇÕES

72. Características do constitucionalismo português	163
73. A história política e constitucional portuguesa	164
74. A formação e as vicissitudes das Constituições	168
75. As orientações de fundo	170

CAPÍTULO II A CONSTITUIÇÃO DE 1976

§ 1.º

A formação da Constituição

76. A ideia de Direito da revolução de 1974 e a Constituição	173
77. Carácter geral e sistema da Constituição	174
78. As revisões constitucionais	180
79. O essencial da Constituição	183

PARTE IV

O CONSTITUCIONALISMO NO BRASIL E NOS OUTROS ESTADOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

CAPÍTULO I

O CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO

80. Visão geral sobre o constitucionalismo brasileiro	185
81. A Constituição de 1988	187

CAPÍTULO II

O CONSTITUCIONALISMO NOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E EM TIMOR

82. As primeiras Constituições dos países africanos de língua oficial portuguesa	189
83. As transições constitucionais democráticas	190
84. A Constituição de Timor	191

PARTE V

SISTEMAS POLÍTICOS

CAPÍTULO I

FORMAS DE GOVERNO E REGIMES POLÍTICOS

§ 1.º

Considerações gerais

85. As tipologias em geral	193
86. As grandes classificações doutrinárias	196

§ 2.º

As formas de governo modernas

87. Enumeração	200
88. A legitimidade política	204

§ 3.º

A democracia pluralista e representativa

89. A liberdade política e o pluralismo	205
90. O governo representativo	212
91. Representação política e eleição	215
92. A separação de poderes	217
93. A separação dos poderes na evolução do constitucionalismo e em Portugal	220
94. Democracia representativa e Estado de Direito	223

CAPÍTULO II

SISTEMAS DE GOVERNO

95. Sistemas de governo em geral	224
96. O sistema de governo semipresidencial da Constituição de 1976	228

PARTE VI

A CONSTITUIÇÃO COMO FENÓMENO JURÍDICO

CAPÍTULO I

SENTIDO DA CONSTITUIÇÃO

97. Da Constituição antiga à Constituição moderna	233
98. Da Constituição liberal às Constituições atuais	239
99. Da Constituição em sentido material à pluralidade de Constituições materiais	243
100. Constituição em sentido formal	247
101. Os tempos e os lugares das normas constitucionais	248
102. A Declaração Universal dos Direitos do Homem como parte da Constituição formal portuguesa	252
103. Os princípios cooperativos e a Constituição	253
104. Transconstitucionalismo e interconstitucionalismo	255

CAPÍTULO II FORMAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

105. Poder constituinte material e poder constituinte formal	257
106. O poder constituinte material (originário)	260
107. Constituição e soberania do Estado	263
108. A revolução como fenómeno constituinte	264
109. A transição constitucional	268
110. Do poder constituinte material ao poder constituinte formal	270
111. Os tipos de atos constituintes <i>stricto sensu</i>	271
112. Forma, legitimidade e conteúdo da Constituição	274
113. As formas e as regras dos atos constituintes	275
114. Os limites materiais do poder constituinte	278

CAPÍTULO III MODIFICAÇÃO E SUBSISTÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO

§ 1.º

As modificações constitucionais em geral

115. Modificabilidade e modificações da Constituição	282
116. Modificações da Constituição e vicissitudes constitucionais	282
117. As diversas espécies de vicissitudes constitucionais	286

§ 2.º

O costume constitucional

118. O problema do costume em Constituição formal	291
119. O costume no Direito constitucional português	296

§ 3.º

A revisão constitucional

120. Rigidez e flexibilidade constitucionais	298
121. A diversidade de formas da revisão constitucional	300
122. A revisão constitucional no Direito português	304
123. A formulação de limites materiais da revisão	307
124. A polémica doutrinal sobre os limites materiais	308
125. Posição adotada	310